



destaques do mês

Aeroportos não atenderão demanda da Copa, diz Ipea

O Coordenador de Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Carlos Campos, disse que as obras de ampliação dos aeroportos para a Copa do Mundo não darão conta da demanda em 2014 em pelo menos dez locais. O pesquisador comparou as projeções de ampliação dos aeroportos feitas pela Infraero com um crescimento anual de 10% - um cálculo conservador, segundo Campos. Para o coordenador do Ipea, as ampliações dos aeroportos não conseguirão atender a essa demanda. Segundo ele, "o atual plano de investimento não vislumbrou uma projeção adequada para o aumento da demanda". Os cálculos de Campos não incluem terminais provisórios. "Os terminais provisórios podem ser uma solução para a demanda. Eu investiria muito esforço em terminais provisórios, para que o investimento definitivo possa ser feito de maneira mais robusta", disse. De acordo com o pesquisador, nove aeroportos que deveriam ser usados durante a Copa do Mundo de 2014 não estarão prontos para o evento, se mantida a média de duração das obras de infraestrutura do país. O Presidente da Infraero, Gustavo do Vale, disse que "respeita" as projeções do Ipea, mas defendeu os cálculos da estatal. "Posso garantir que os investimentos vão atender não só a demanda da Copa do Mundo, mas a de hoje e a dos brasileiros em 2014." (18.08.2011 – Valor Econômico)

Privatização de aeroportos sem garantias

O sucesso do leilão do aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) não é garantia de bons resultados nas licitações de Guarulhos, Viracopos e Brasília, jóias do setor que o Governo pretende transferir à iniciativa privada ainda este ano. Diferentemente do terminal do Rio Grande do Norte, totalmente repassado ao setor privado, os outros três terão obrigatoriamente participação acionária de 49% da Infraero. O Professor Respício do Espírito Santo, da UFRJ, viu na grande participação do BNDES no financiamento ao terminal de Natal um sinal de risco no investimento. Respício do Espírito Santo afirmou também que o leilão não atraiu os grandes players do setor nem os maiores bancos privados em atuação no País. O projeto fortemente orientado pelo Governo também é criticado, por tirar do setor privado margem para buscar opções mais lucrativas de execução e gestão do negócio. Para os próximos leilões, há expectativa de participação das grandes empreiteiras nacionais, além de grupos estrangeiros do setor aeroportuário. O terminal licitado no dia 22/08 foi arrematado por Corporación América, gestora de 40 aeroportos em sete países, e pela Engevix, que participou de obras e projetos de 15 terminais no Brasil. (23.08.2011 - O Globo)

painel

■ Concessão do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante

O consórcio Inframérica, sociedade da Engevix com a argentina Corporación América, venceu o leilão de agosto do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, na Grande Natal, o primeiro a ser entregue à iniciativa privada. Com um lance de R\$ 170 milhões, o que representa um ágio de 228%, o grupo desbancou três outros consórcios. Mais informações nos sites: www.anac.gov.br/ www.infraero.gov.br/

■ 11ª rodada da Agência Nacional do Petróleo

A 11ª rodada de licitação de novos blocos exploratórios de petróleo e gás natural, da Agência Nacional de Petróleo (ANP), deve ocorrer somente no início de 2012, segundo o Ministro Edison Lobão. O leilão foi aprovado pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) em abril, mas a Presidente Dilma Rousseff ainda não assinou a autorização final para que a Agência inicie os procedimentos para a realização da licitação. (23.08.2011 – Reuters)

EUA querem parceria com Brasil para criar mercado global de etanol

Os Estados Unidos querem acelerar projetos de cooperação com o Brasil na área de biocombustíveis para explorar terceiros mercados e criar um mercado global de etanol. Apesar da recente crise de oferta no Brasil e das incertezas que ainda cercam a manutenção dos subsídios nos EUA, o governo americano buscará a transformação do etanol em commodity, assegura Daniel Poneman, que é o segundo executivo do Departamento de Energia. Poneman e o Secretário Executivo de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, lançaram no dia 19/08 um Diálogo Estratégico de Energia que engloba quatro áreas: biocombustíveis e energias renováveis; petróleo e gás natural; eficiência energética; e energia nuclear. Esse mecanismo aprofunda o memorando de entendimentos na área de etanol, assinado em 2007, que previa cooperação em pesquisa, padronização do produto e desenvolvimento de produção em terceiros mercados. Poneman diz que os dois países devem expandir, para outros países, a cooperação que já têm para desenvolver a produção de etanol na América Central e no Caribe. Também pediu ênfase na definição de padrões e normas técnicas. Sem isso, acredita, será difícil colocar biocombustíveis no mercado internacional (18.08.2011 - Valor Econômico)

Vale cria empresa de logística

A Vale trabalha na criação de uma nova empresa de logística para abrigar ativos e contratos que envolvam a prestação de serviços para carga geral, que é um mercado em expansão no Brasil. O projeto em discussão na mineradora prevê a abertura de capital dessa nova empresa no Novo Mercado da BM&F Bovespa até 2012. A Vale deverá ter uma participação em torno de 30% na Vale Logística, como vem sendo chamada a futura companhia, dependendo da demanda do mercado na oferta pública de ações. Os serviços de logística garantem à Vale uma receita importante. Em 2010, esses serviços geraram a receita de R\$ 3,2 bilhões, com aumento de 14% ante 2009. Em média, cerca de 80% desse valor corresponde ao transporte de carga geral, que inclui produtos como soja, combustível, madeira e siderúrgicos. No segundo trimestre deste ano, o faturamento com serviços de logística alcançou R\$ 950 milhões, com crescimento de 6% em relação ao mesmo período de 2010. A Vale Logística deverá reunir sob seu domínio as estradas de ferro Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) e Ferrovia Norte-Sul (FNS), o terminal portuário da Ultrafértil, no porto de Santos, que pertence hoje à Vale Fertilizantes, e mais os contratos de carga geral com terceiros que venham a ser firmados para transporte na Estrada de Ferro Vitória - Minas (EFVM) e na Estrada de Ferro Carajás (EFC). (19.08.2011 – Valor)

■ Primeiro Leilão de Energia A-3 do ano

Foi realizado no dia 17/08 o leilão de energia A-3 promovido pela ANEEL. Dos 1.544 megawatts médios (MWmed) comercializados em 51 usinas, as fontes renováveis foram responsáveis por 62% das contratações, contra 32% das fontes fósseis. A fonte eólica foi a mais competitiva com um preço médio de 99,6/MWh e um deságio de 32%. O preço médio de energia para as 51 usinas foi de R\$ 102,1/MWh. Mais informações no site: www.aneel.gov.br

■ Leilão de Energia A-5

O Leilão de Energia A-5 de 2011, que será realizado no dia 20 de dezembro, contará com a participação do setor de energia eólica. O certame tem por fim atender ao mercado no ano de 2016 a partir da contratação de energia gerada por novos empreendimentos. O prazo dos contratos de compra e venda de energia terá prazo de vinte anos de duração para todas as fontes, a exceção da hídrica, cujos contratos terão trinta anos de duração. Mais informações no site: www.aneel.gov.br

Grupo espanhol anuncia a instalação de parques eólicos no Brasil

A empresa espanhola Elecnor, através de sua filial Enerfin, instalará 28 Megawatts eólicos no Brasil por um valor de R\$ 104 milhões, informou nesta segunda-feira a empresa à Comissão Nacional da Bolsa de Valores (CNMV) da Espanha. O projeto vencido pela Elecnor, que está previsto que se conecte à rede em 2014, compreende a construção e exploração de um novo parque, no Estado do Rio Grande do Sul. Este novo parque, chamado Dois Índios 2, no qual serão instalados 14 aerogeradores, será integrado no complexo eólico que a firma possui em Osório (RS) e que é considerado o maior de região ibero-americana, segundo a Elecnor, que já tem em construção e exploração no Brasil 300 MW. O desenvolvimento do parque Dois Índios 2 implica o aproveitamento das infraestruturas de transformação e conexão à rede com os quais conta o complexo de Osório, o que permitiu a Elecnor oferecer preços muito competitivos, fator determinante nas atuais circunstâncias do mercado eólico brasileiro. (22.08.2011 - Folha de São Paulo)

Investimentos em Infraestrutura somaram 2,3% do PIB em 10 anos

Um estudo do economista Claudio Frischtak, da InterB Consultoria, mostrou que o País investiu pouco mais de meio trilhão de Reais em infraestrutura nos últimos dez anos. Isso representou apenas 2,3% do PIB, abaixo dos 3% necessários somente para evitar a deterioração da base infraestrutural. Além de baixo, o investimento em infraestrutura no Brasil é muito desigual e negligencia os transportes. A análise dos R\$ 543 bilhões aportados em infraestrutura entre 2001 e 2010, na estimativa do economista, revela que quase 57% desse total foi aplicado em geração de energia e em telecomunicações. Outros 13% foram para saneamento, também insuficiente. Assim, os transportes receberam no período apenas R\$ 166 bilhões, menos de 10% do total, um montante que não alcança 1% do PIB acumulado na década. A já pequena fatia destinada ao setor ainda apresenta mais uma distorção. A maior parte dos recursos, quase R\$ 114 bilhões, foram investidos apenas em rodovias, deixando para os outros modais (ferrovias, metrô, aeroportos, portos e hidrovias) apenas 31% das já insuficientes inversões do País em transportes. (02.08.2011 – O Estado de São Paulo)

Necessários R\$ 4,7 bilhões para evitar blecaute durante Copa do Mundo

Uma força-tarefa constituída pela União, governos estaduais e concessionárias do setor elétrico identificou a necessidade de investimentos adicionais no valor de R\$ 4,7 bilhões para “blindar” as doze cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 contra blecautes ou imprevistos no suprimento de energia durante o evento. O dinheiro sairia das próprias empresas. A maior parte cabe às distribuidoras, que prevêem desembolsar quase R\$ 3,4 bilhões em obras necessárias para reforçar o sistema, incorporando critérios e procedimentos mais rígidos de segurança energética para a realização do torneio. O diagnóstico da força-tarefa aponta risco de déficit de 650 megawatts (MW) no suprimento de energia a Manaus, caso haja atraso na entrada em operação da linha de transmissão que liga a cidade à hidrelétrica de Tucuruí

(PA). A linha já enfrentou atrasos na execução e agora está prevista para junho de 2013. Se não finalizar a obra, exigirá a geração de energia térmica adicional. Nas demais cidades-sede, a situação, apesar de considerada mais tranqüila, ainda requer investimentos bilionários. Parte dos investimentos será financiada pelo BNDES e pelo BID. As distribuidoras afirmam que as regras previstas pela Aneel para o terceiro ciclo de revisão tarifária comprometem o fluxo de caixa das empresas e colocam esses financiamentos em risco, prejudicando o andamento das obras. (29.08.2011 - Valor Econômico)

Governo vai incentivar indústrias para produção de etanol

Com o objetivo de estimular a produção de etanol e evitar a falta do combustível, o Governo deverá anunciar a redução de tributos para as indústrias produtoras de álcool. O Secretário de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Manoel Bertone, afirmou que haverá a redução de PIS/Cofins na venda de cana destinada somente à produção de etanol. Essa medida já vale para as empresas de cana produtoras de açúcar. O Governo também vai abrir linha de financiamento para renovação e para novas áreas de cultivo de cana. Segundo Bertone, esse financiamento terá taxas de juros mais baixas. Para financiar a estocagem, a taxa de juros será de 7% ao ano e os recursos serão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Banco do Brasil. A tendência é que os produtores assinem um termo de compromisso assegurando que irão investir mais em modernização das lavouras, otimizando o processo de plantio, fertilização e colheita. No dia 30 de agosto, o Governo divulgou dados de produção com uma redução de 5,6% da produção de cana-de-açúcar para a safra 2011/2012 em relação à safra anterior. (31.08.2011 - Folha de São Paulo)

Governo decide isentar de PIS-Cofins as empresas de telefonia que investirem em PNBL

O Governo vai suspender o recolhimento de PIS-Cofins das empresas de telefonia que investirem em redes de fibras ópticas até o fim de 2014. A medida resultará em uma desoneração de cerca de R\$ 4 bilhões distribuídos entre o fim deste ano e dezembro de 2014 e visa estimular a implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Ao todo, o Governo estima em R\$ 70 bilhões os investimentos que serão estimulados a partir de agora. A desoneração foi anunciada pelo Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, que participou de reunião no Ministério da Fazenda com os Ministros Guido Mantega e Fernando Pimentel. O Ministro Paulo Bernardo acredita que haverá um grande volume de investimentos em TV a cabo e internet, de maneira a avançar nos objetivos do PNBL. As cerca de 600 empresas que aguardam um sinal da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel para construir redes de TV a cabo serão beneficiadas pela medida. A intenção do Ministério das Comunicações é renovar as redes já existentes e também aumentar a cobertura de fibra óptica no País, medidas incluídas no PNBL. (31.08.2011 - Valor Econômico)

1. Energia Elétrica

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de Julho de 2011 até 31 de dezembro de 2015

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	1.201	2.502	3.333	1.092	1.163	9.290
Otimista	1.201	2.502	3.363	1.392	3.216	11.673

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	2.713	551	360	0	1.350	4.974
Otimista	2.809	1.412	5.663	0	1.400	11.284

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	2.072	968	120	27	0	3.187
Otimista	2.826	3.876	1.457	138	173	8.469

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2011	2012	2013	2014	2015	Σ
Conservador	5.986	4.020	3.813	1.119	2.513	17.452
Otimista	6.835	7.789	10.482	1.530	4.789	31.426

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

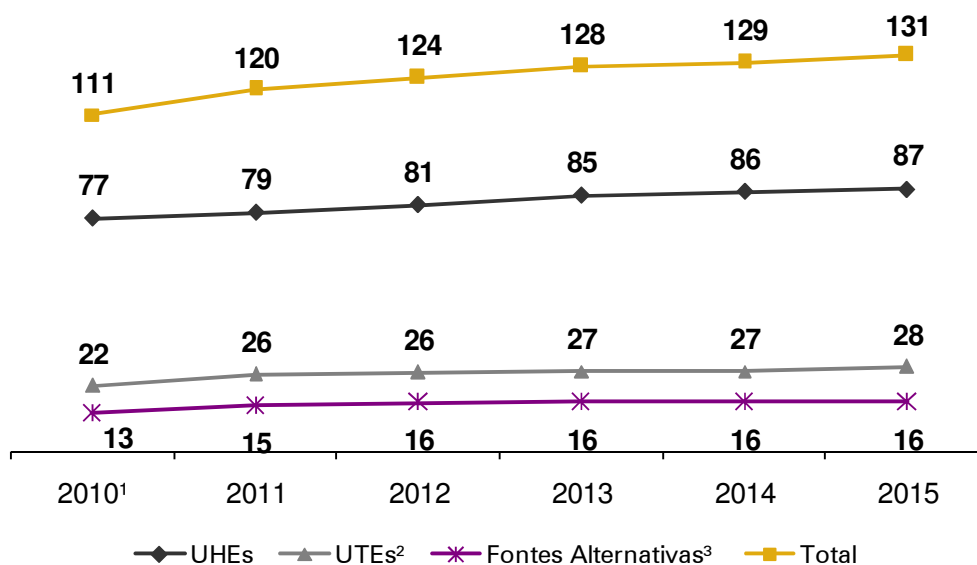
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 1,9% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de julho de 2011 e 31 de dezembro de 2015.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 31,4 mil MW no período 2011-2015. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 3,8% ao ano.

Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

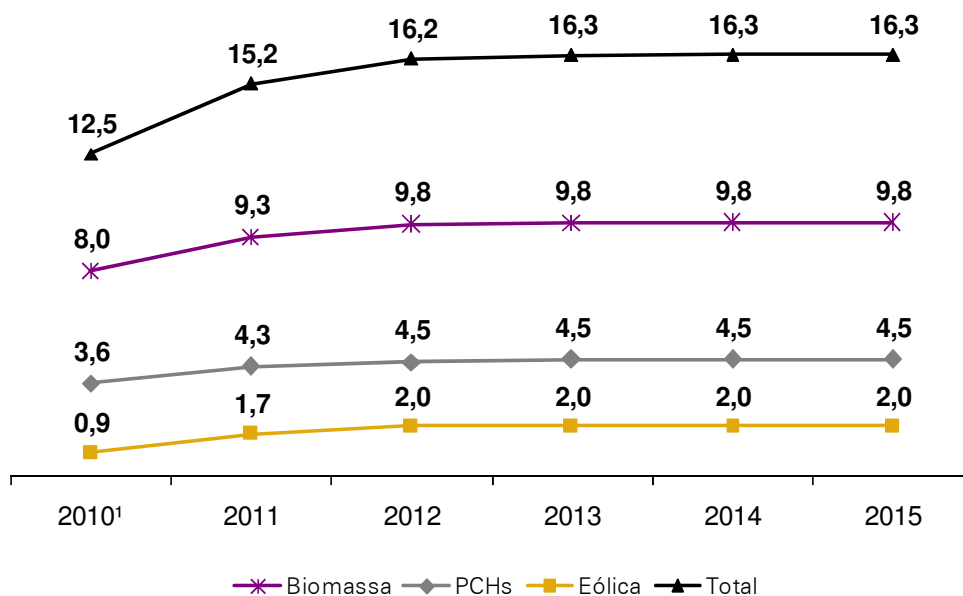
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

* Exclui Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

¹ Capacidade Instalada em 31/12/2010.

Entre janeiro de 2011 e 2015, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 12,8% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento das usinas térmicas (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 28,3% no mesmo período.

Em janeiro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2015 deverão representar 66%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 20% para 21%.

A participação das usinas térmicas à biomassa e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) devem manter-se, respectivamente, em 8% e 4% em 2015.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2015, deve ser de 2%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2011, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,5% e 3,8%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2015, quatro apresentam restrições para a contratação de 2.383 MW: Belo Monte (PA), Salto Curucaca (PR), Santo Antônio (AP/PA) e Teles Pires (MT/PA). No cenário conservador, 9,3 mil MW devem entrar em operação até 2015.

A UHE de Jirau tem previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, a partir do ano de 2012 (primeira máquina em outubro).

A UHE de Santo Antônio (RO) tampouco apresenta restrições e, de acordo com o Relatório da Aneel, a entrada em operação foi antecipada para 2011, com os primeiros 70 MW.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,3 mil MW até 2015, apenas 5 mil MW (44%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 683 MW de potência adicional até 2014. Desse total, 50 MW (7%) correspondem à potência de 3 usinas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Já no cenário otimista, até 2014, devem entrar em operação 1.443 MW, sendo 72 MW (5%) equivalentes às usinas do PROINFA.

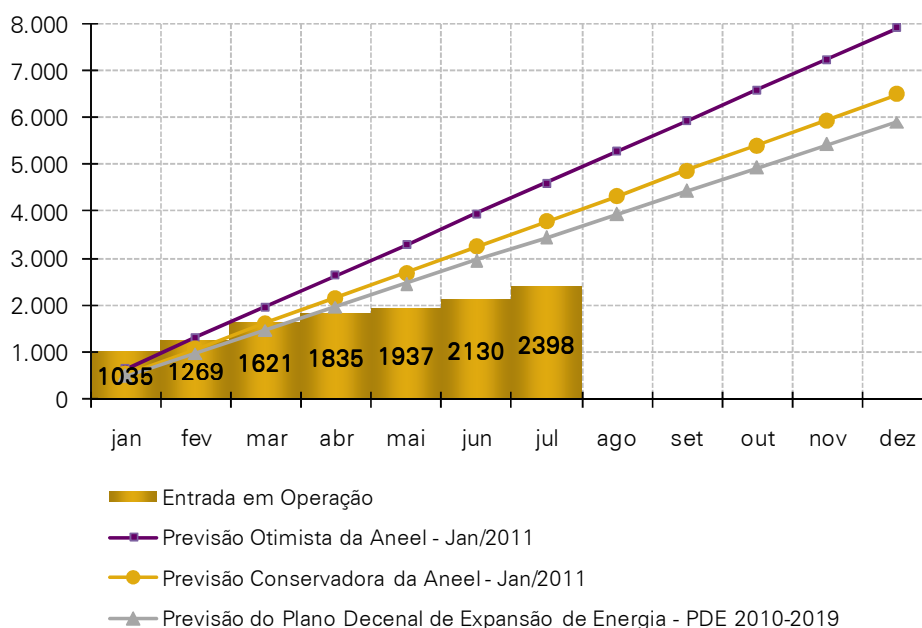
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,6 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 3 mil MW até 2015. As 6 usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 916 MW até 2012, sendo 327 MW (36%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 4,1 mil MW até 2013. Destas, 462 MW (11%) são integrantes do PROINFA.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

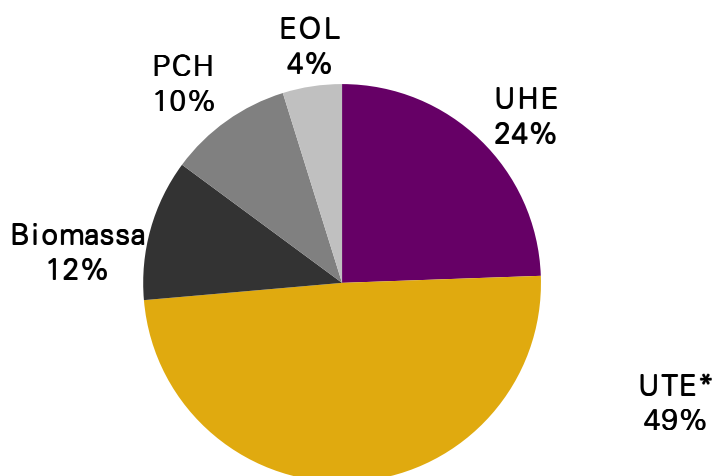
Expansão da Capacidade de Geração em 2011 (MW)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2011, até 15 de julho, entraram em operação 2.398 MW. Desse total, as UTEs representaram 49% da potência total instalada. As UHEs representaram 24% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 586 MW. As UTEs à biomassa, PCHs e as usinas eólicas representaram cada uma, respectivamente, 12%, 10% e 4% da capacidade instalada no período.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de julho de 2011



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em junho de 2011, 34.910 GWh, apresentando crescimento de 2% em relação a junho de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3%.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Junho 2010	Junho 2011	Var. %	Jan-Jun 2010	Jan-Jun 2011	Var. %
Residencial	8.676	8.893	3	53.857	56.031	4
Industrial	15.180	15.350	1	88.083	90.374	3
Comercial	5.420	5.721	6	34.961	36.983	6
Outras	4.868	4.946	2	29.309	29.901	2
Total	34.144	34.910	2	206.210	213.289	3

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

Em 2011, até junho, o consumo do setor industrial foi 3% superior ao apresentado em 2010. A região Nordeste foi a única do País a obter resultado negativo no consumo industrial de energia no acumulado do ano (-4%).

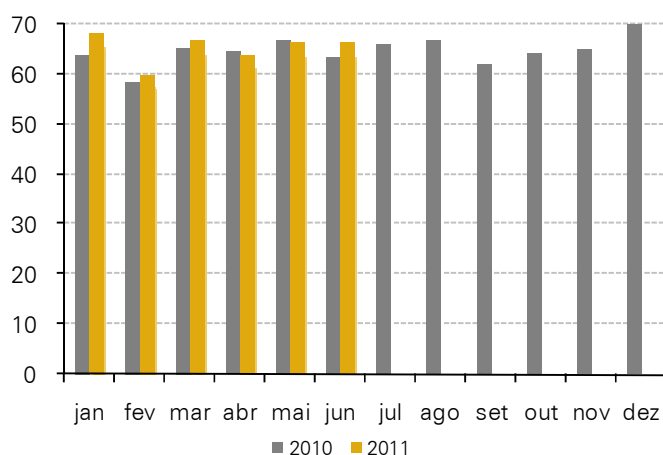
2. Petróleo

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de junho de 2011 foi de 66 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), apresentando aumento de 4% no volume em relação a junho do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 2% em comparação a 2010.

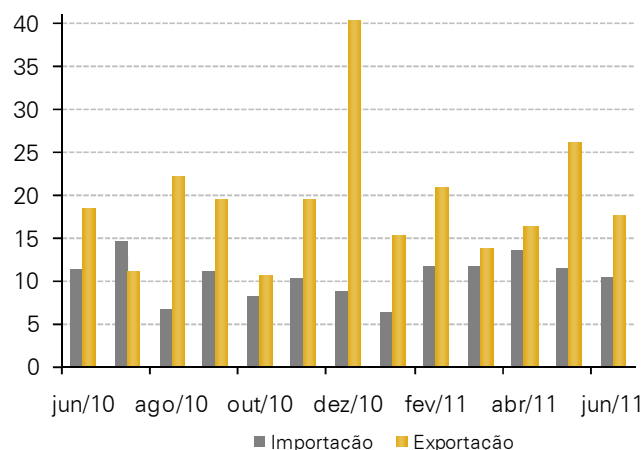
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em junho de 2011, foi de 51 milhões bep. Esse volume foi 10% inferior ao observado em junho de 2010. No acumulado do ano, o crescimento foi de 5%.

**Produção Nacional de Petróleo
(milhões bep)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Importação vs. Exportação de Petróleo
(milhões bep)**

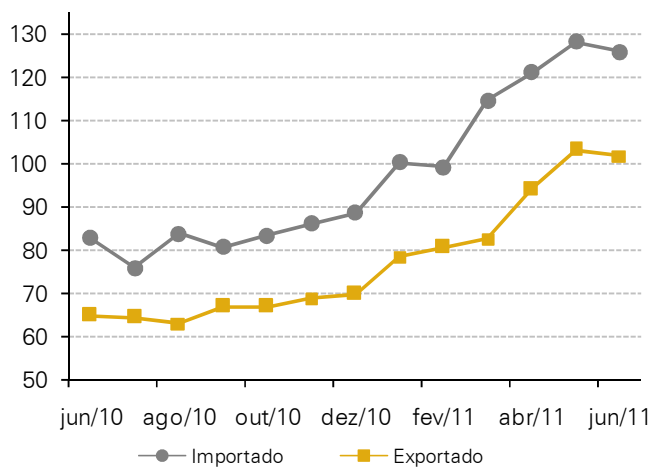


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em junho de 2011, foi de 17 milhões bep, valor 5% inferior ao exportado em junho de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 8% menor em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em junho de 2011, foi de US\$ 125,72/barril, valor 52% superior ao observado em junho de 2010.

Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

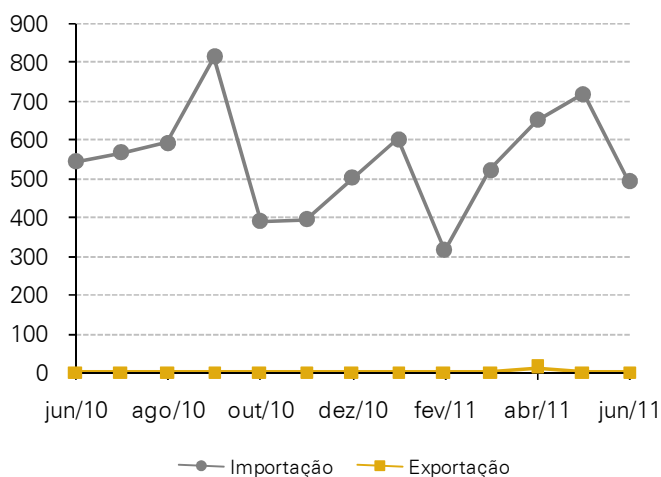


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

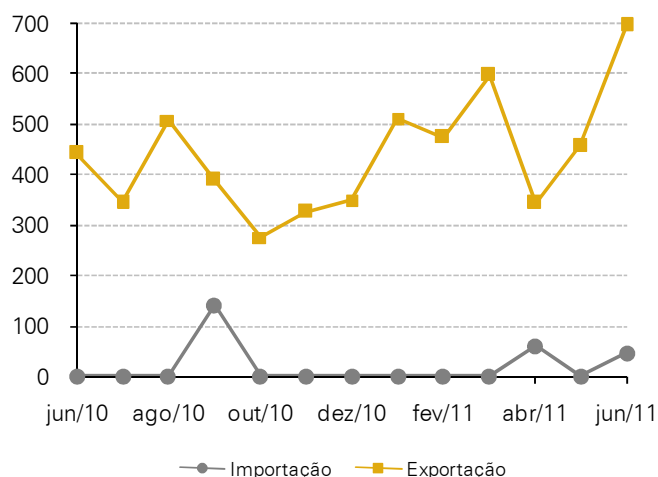
Em junho de 2011, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 53 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m³), valor 3% inferior ao produzido em junho de 2010. Até junho de 2011, a produção apresentou aumento de 6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Nafta (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m³)

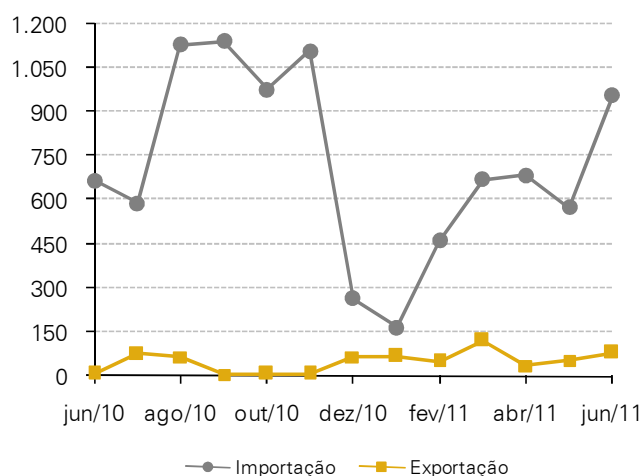


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em junho de 2011, foi de 15 milhões bep, valor 18% superior ao registrado em junho do ano anterior. Até junho, o volume de derivados importado foi 1% inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.

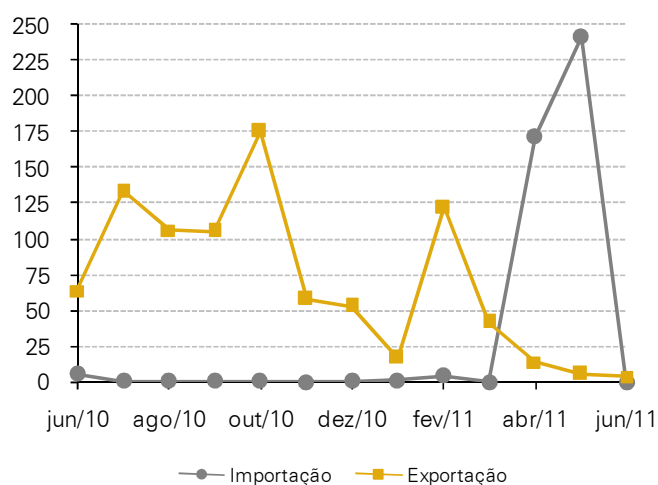
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em junho de 2011, foi constatado um total de 10 milhões bep, o que representa um volume 31% superior ao mesmo mês de 2010. No acumulado do ano, esse volume foi 8% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa (ANP)

Em junho de 2011, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 4% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi negativa, no valor de 6%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	jun/2010	jan-jun/2010	jun/2011	jan-jun/2011
Produção de Petróleo (a)	64	383	66	391
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-7	-56	-7	-45
Imp. Líq. de Derivados (c)	5	28	5	24
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	61	355	64	370
Dependência Externa (e)=(d-a)	-2	-28	-2	-21
Dependência Externa (%) (e)/(d)	-4	-8	-4	-6

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em junho de 2011, apresentou saldo negativo de US\$ FOB 142 milhões. Ou seja, o Brasil importou US\$ FOB 142 milhões a mais do que exportou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido negativo em US\$ FOB 212 milhões.

No acumulado do ano a balança apresentou saldo negativo de US\$ FOB 328 milhões.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	jun/10	jan-jun/2010	jun/11	jan-jun/2011
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.195	8.024	1.776	10.004
Dispêndio com importação (b)	940	5.202	1.321	7.529
Balança Comercial (c)=(a-b)	255	2.822	455	2.476
Derivados				
Receita com exportação (d)	578	3.473	1.094	5.003
Dispêndio com importação (e)	1.045	6.111	1.692	7.806
Balança Comercial (f)=(d-e)	-467	-2.638	-598	-2.804
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.773	11.497	2.871	15.007
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.985	11.313	3.013	15.335
Balança Total (i)=(g)-(h)	-212	184	-142	-328

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

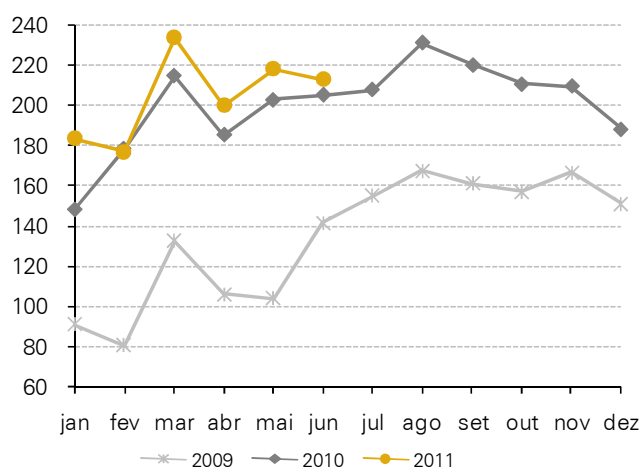
3. Biocombustíveis

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em junho de 2011, foi de 213 mil m³, montante 4% superior ao produzido em junho de 2010. No acumulado do ano, a produção foi 8% superior.

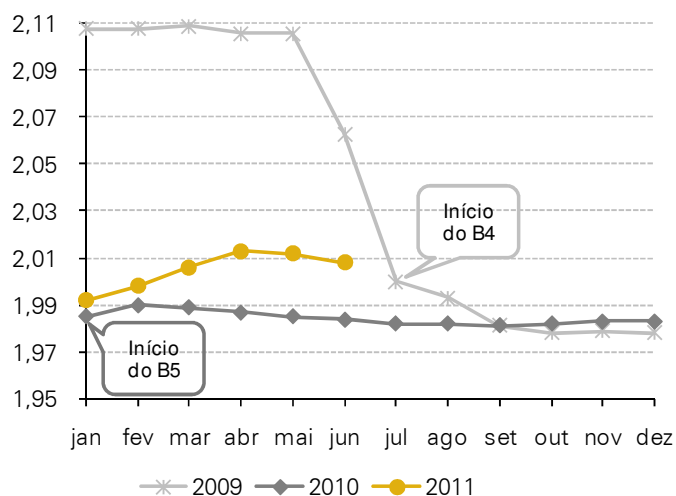
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em junho de 2011, foi de R\$ 2,01/ ℓ, valor 1,2% superior observado em junho de 2010.

**Produção de Biodiesel
(mil m³)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel B5
(R\$/ℓ)***



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2010/2011 produziu, até o dia 1º de junho de 2011, 27.604 mil m³ de álcool, sendo 19.577 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (71%). Em relação ao mesmo período da safra 2009/2010, houve um aumento de 4%.

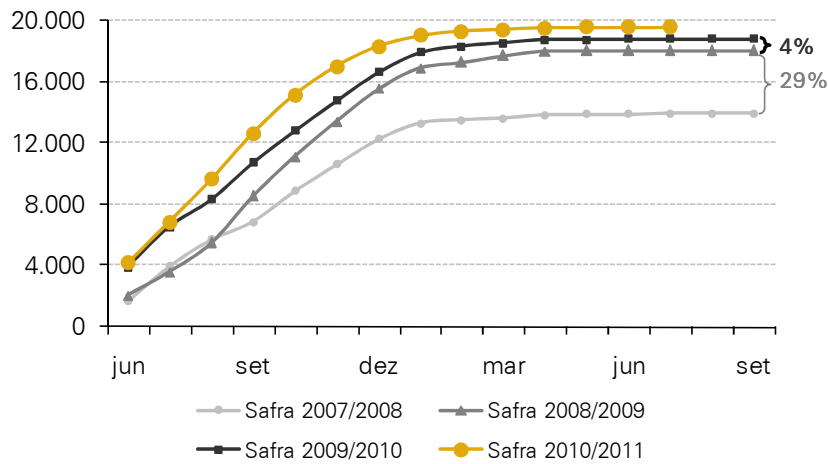
A produção total de álcool foi 7% superior em relação à safra anterior, puxada pelo aumento da produção do álcool anidro e hidratado.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2009/2010 (até 1º de junho de 2010)	Safra 2010/2011 (até 1º de junho de 2011)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	6.938	8.027	16
Álcool Hidratado (mil m ³)	18.801	19.577	4
Total Álcool (mil m³)	25.739	27.604	7
Açúcar (mil ton)	33.032	38.174	16

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



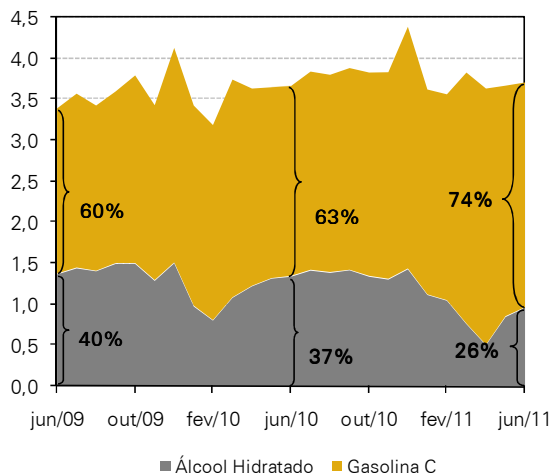
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

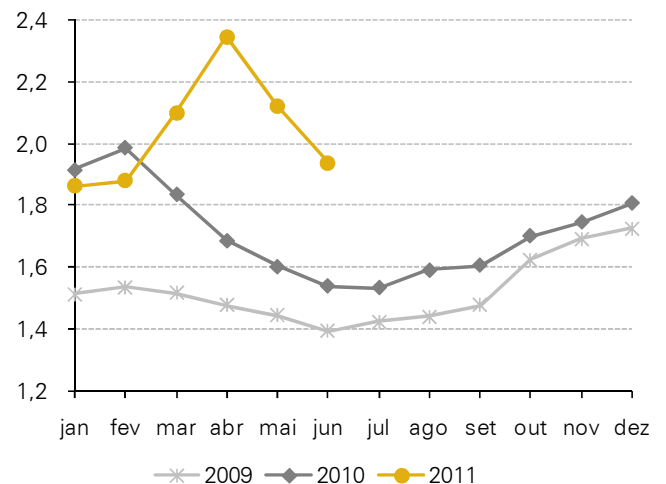
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 962 mil m³ em junho de 2011. Esse número representa uma diminuição de 28% em relação a junho de 2010. No acumulado do ano, as vendas foram 22% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em junho de 2011, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 1,94/ℓ, valor 25% superior ao registrado em junho de 2010.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



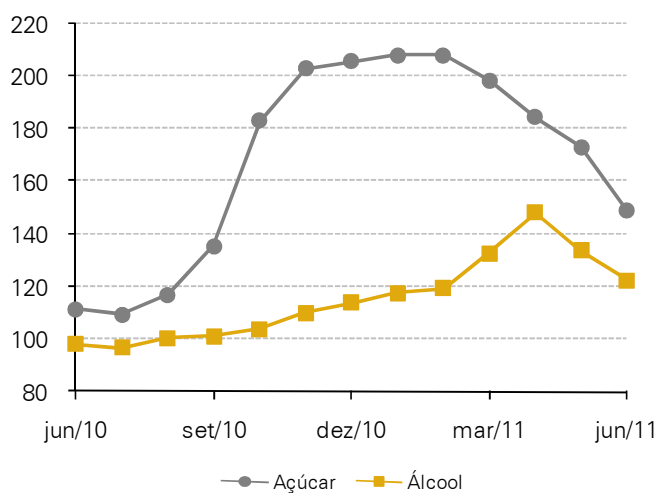
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. Gás Natural

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em junho de 2011, foi de 67.268 mil m³, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em junho de 2010. No acumulado do ano, esse valor foi 6% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

A importação de gás natural realizada pelo País em junho de 2011 foi de 32.063 mil m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 72.807 mil m³/dia. Este montante é 5% superior ao observado em junho de 2010. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 13% superior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 40% em junho de 2011. Em junho de 2010, essa proporção havia sido de 45%.

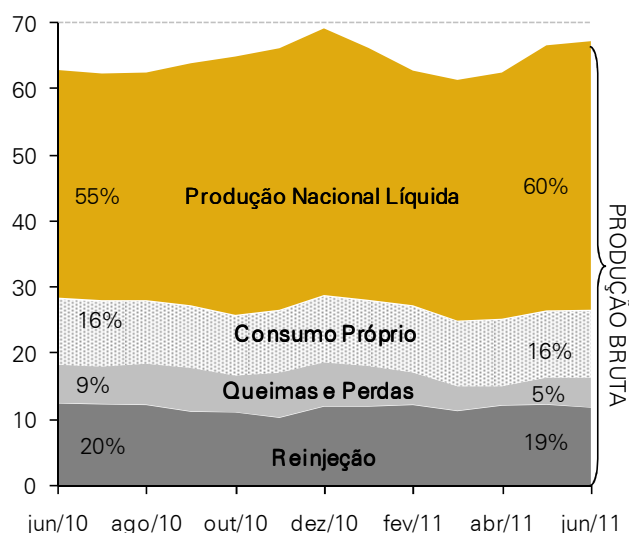
Balanco do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em jun/2010	Média do período jan-jun/2010	Média em jun/2011	Média do período jan-jun/2011
Produção Nacional¹	62.909	60.796	67.268	64.498
- Reinjeção	12.476	12.383	11.828	11.968
- Queimas e Perdas	5.787	7.070	4.468	4.315
- Consumo Próprio	10.115	9.808	10.227	10.102
= Produção Nac. Líquida	34.531	31.535	40.744	38.113
+ Importação	34.914	26.813	32.063	27.832
= Oferta	69.446	58.348	72.807	65.944

¹Não inclui Gás Natural Liquefeito.

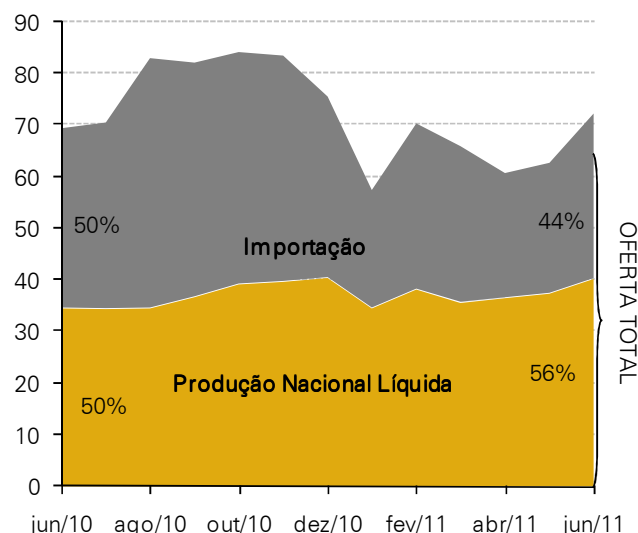
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em junho de 2011 foi, em média, de 50,2 milhões de m³/dia. Essa média supera os 46,1 milhões de m³/dia consumidos em junho de 2010. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 10% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

O setor industrial, em junho de 2011, consumiu 30 milhões de m³/dia de gás natural, o que representa um aumento de 13% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 60% do volume total de gás consumido em junho de 2011.

No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 13% superior em relação ao mesmo período de 2010.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	jun/11	jan-jun/2011	jun-2011/ jun-2010	Acumulado do ano
Industrial	29.712	28.711	13	13
Automotivo	5.433	5.327	4	-3
Residencial	1.054	782	17	10
Comercial	694	652	5	7
Geração Elétrica	9.298	6.625	-27	7
Co-geração*	3.120	3.129	2	14
Outros	920	843	9	4
Total	50.230	46.069	1	10

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

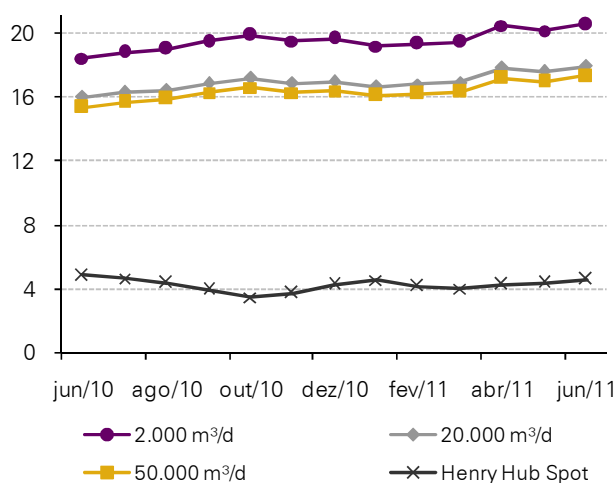
Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em junho de 2011, foi de US\$ 18,57/MMBtu, valor 12% superior ao apresentado em junho de 2010 (US\$ 16,55/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em junho de 2011, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 4,54/MMBtu, valor 6% inferior ao apresentado em junho de 2010 (US\$ 4,80/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

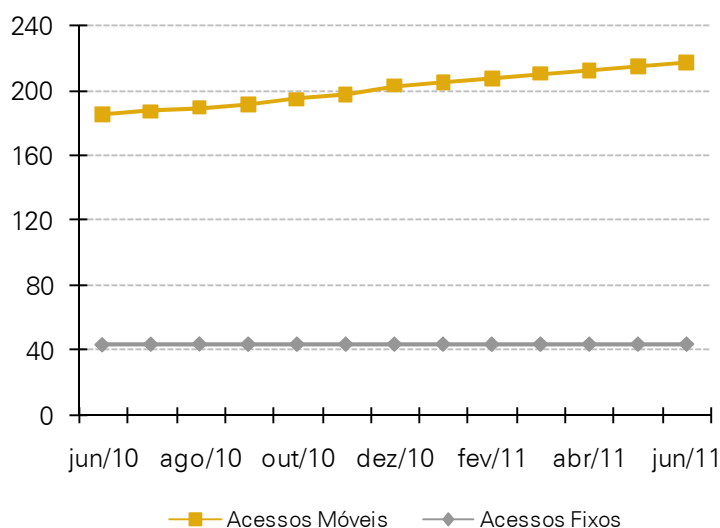
5. Telecomunicações

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em junho de 2011, o número de acessos móveis em operação foi de 217 milhões, montante 17% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,3% ao mês.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em junho de 2011, o número de acessos fixos foi de 44 milhões, montante semelhante ao averiguado em junho de 2010.

Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. Transportes

6.1. Portos Seleccionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em maio de 2011, a movimentação de granel sólido nos portos seleccionados (Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Itaqui/MA, S. Francisco do Sul/SC, Rio Grande/RS, Aratu/BA, Suape/PE) teve queda de 11%, enquanto a movimentação de granel líquido também foi 11% inferior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Até maio de 2011, a movimentação de granel sólido aumentou 1% em relação ao mesmo período do ano anterior e a movimentação de granel líquido apresentou queda de 5%.

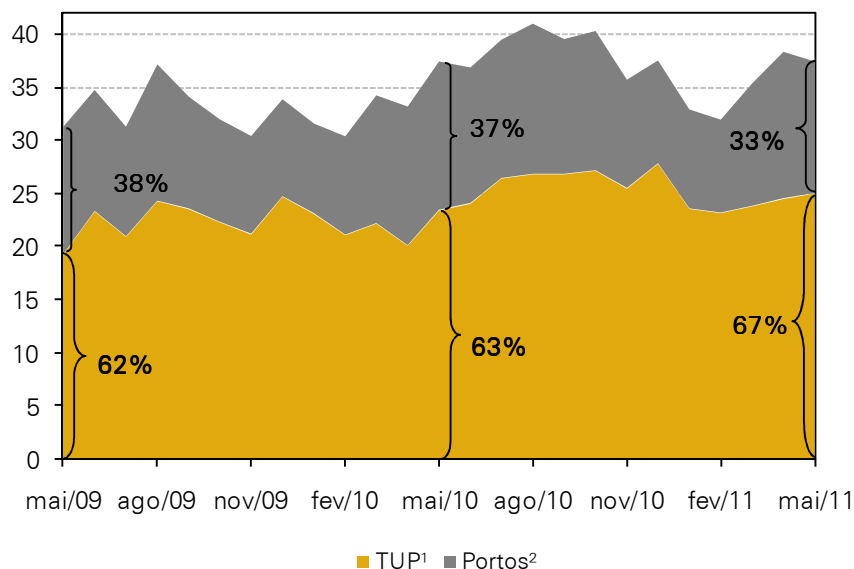
A movimentação total de cargas nos portos selecionados, em maio de 2011, foi 11% inferior em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, até março, a movimentação total foi 2% inferior ao observado no mesmo período de 2010.

Movimentação em Portos Selecionados - por Natureza

	Granel sólido mai-2011	mai-2011 / mai-2010	Granel líquido mai-2011	mai-2011 / mai-2010	Contêiner mai-2011	mai-2011 / mai-2010
	(mil t)	(%)	(mil t)	(%)	(TEU)	(%)
Santos (SP)	3.380	-15	915	-20	232.355	-4
Paranaguá (PR)	3.010	8	140	-14	56.842	22
Rio Grande (RS)	1.113	34	176	-30	56.599	-3
Itaqui (MA)	627	23	542	3	102	13
São Francisco do Sul (SC)	493	-22	0	-	13.210	64
Vila do Conde (PA)	240	-82	67	-49	0	-
Aratu (BA)	142	-1	291	-27	0	-
Suape (PE)	113	180	465	46	33.176	41
Total	9.116	-11	2.595	-11	392.284	3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Movimentação Total de Cargas Terminais de Uso Privativo e Portos Selecionados (milhões t)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

¹ Ponta de Madeira/MA, Tubarão/ES, Almirante Barroso/SP, Porto de Trombetas/PA, Manaus/AM, Madre de Deus/BA

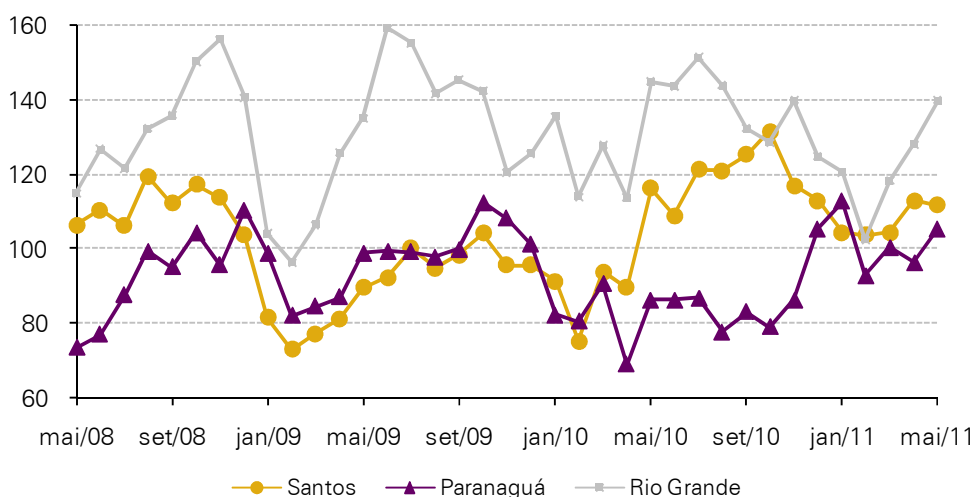
² Santos/SP, Paranaguá/PR, Vila do Conde/PA, Rio Grande/RS, Itaqui/MA, Suape/PE, São Francisco do Sul/SC, Aratu/BA,

Em maio de 2011, os terminais de uso privativo (TUPs) representaram 67% da movimentação total dos portos e terminais selecionados. A movimentação total nos TUPs foi de 25.019 mil toneladas, volume 7% superior a maio de 2010.

Cerca de 74% da movimentação dos TUPs refere-se a granéis sólidos. Os terminais de Ponta da Madeira e Tubarão foram responsáveis, em maio, por 34% e 33%, respectivamente, da movimentação total dos TUPs selecionados.

Em maio de 2011, a quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados do País (com exceção dos portos de Belém/PA, Itaguaí/RJ e do Rio de Janeiro/RJ) foi de 483.803 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 5% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior.

Movimentação de Contêineres (jan/08 = base 100)



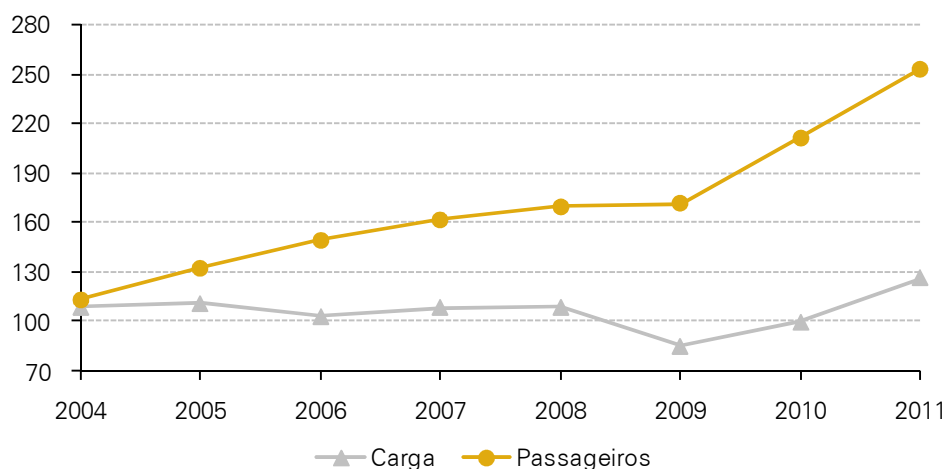
Fonte: Elaboração própria com dados da ANTAQ.

Em maio de 2011, o porto de Santos e o porto de Rio Grande apresentaram queda de 4% e 3%, respectivamente, na movimentação de contêineres em relação a maio de 2010. O porto de Paranaguá, em maio de 2011, apresentou aumento de 22% na movimentação de contêiner em relação a maio de 2010.

6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

Em 2011, no período de janeiro a junho, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 20% superior à ocorrida no mesmo período de 2010. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

Movimentação de Cargas e Passageiros - janeiro a abril de cada ano* (Ano base: 2003 = 100)

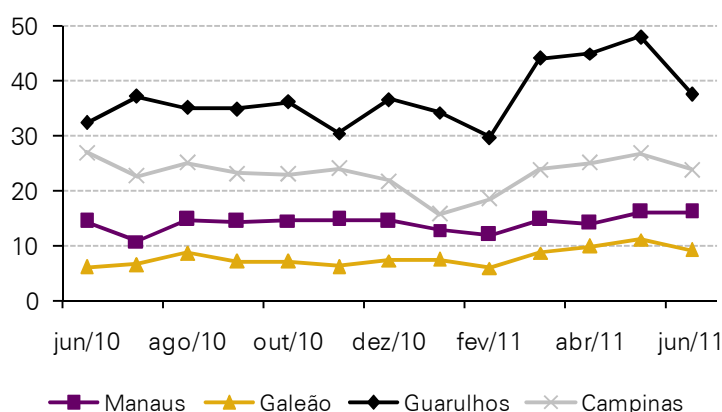


Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Movimentação de cargas para os aeroportos gerenciados pela Infraero excluindo o aeroporto de Campinas (66 aeroportos).

Em junho de 2011, a movimentação de carga aérea total no País foi de 127 mil toneladas, número 19% superior ao mesmo mês do ano anterior. O aeroporto de Guarulhos representou 30% do total movimentado e teve um aumento de 17% em comparação a junho de 2010. O aeroporto de Campinas, que movimentou 19% do total, teve uma queda de 11% na comparação com junho de 2010.

Carga Aérea nos Principais Aeroportos¹ (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

Em junho de 2011, 14 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero, volume 18% superior ao observado em junho de 2010. No acumulado do ano, a movimentação total de passageiros nos aeroportos gerenciados pela Infraero foi de 85.995, número 20% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos*

Ano	Jan-Jun (mil)	Variação (%)	Junho (mil)	Variação (%)
2003	33.986	-	5.472	-
2004	38.570	13	6.487	19
2005	45.024	17	7.443	15
2006	50.717	13	8.400	13
2007	55.028	9	9.154	9
2008	57.586	5	9.426	3
2009	58.266	1	10.150	8
2010	71.821	23	11.733	16
2011	85.995	20	13.800	18

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

* Aeroportos gerenciados pela Infraero (67 aeroportos).

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, de janeiro a junho de 2011, foi de 211 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 3% superior ao mesmo período de 2010. Nesse período, a produção agrícola foi o setor que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (12%), seguida pela movimentação de carvão/coque (2%). O minério de ferro correspondeu a 76% do total movimentado (161 milhões TUs) no acumulado de janeiro a junho de 2011.

Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Jun

Ano	2010	2011	Variação (%)
Mercadoria	Jan-Junho (mil TU)	Jan-Junho (mil TU)	acum-11/ acum-10
Minério de Ferro	150.410	160.587	7
Soja e Farelo de Soja	13.760	11.682	-15
Indústria Siderúrgica	8.575	8.226	-4
Carvão/Coque	5.813	5.926	2
Grãos Minerais	5.224	4.941	-5
Produção Agrícola (exceto soja)	5.221	5.848	12
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	4.807	4.330	-10
Indústria Cimenteira e Construção Civil	2.461	2.446	-1
Azubos e Fertilizantes	2.280	2.219	-3
Extração Vegetal e Celulose	1.913	1.809	-5
Cimento	1.707	1.413	-17
Container	1.269	1.085	-14
Carga Geral - Não Containerizada	69	52	-25
Total	203.511	210.563	3

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em jun de 2011, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 57 milhões de toneladas, montante 7% superior ao averiguado em junho do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 94%.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	jun/2011	jan-jun/2011	jun-2011/ jun-2010	Acumulado do ano
Marítimo	54.097	302.113	6	6
Fluvial	1.563	8.503	49	29
Aéreo	123	759	26	19
Ferrovário	57	314	-12	-27
Rodoviário	901	5.148	-8	-5
Outros*	725	4.380	-13	8
Total	57.467	321.216	7	6

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. Investimentos Privados em Infraestrutura

7.1. Desembolsos do BNDES

Em maio de 2011, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,9 bilhões, valor 16% inferior ao valor aportado em maio de 2010.

Desembolso mensal BNDES

Setor	mai/10 R\$ milhão	jan-mai/2010 R\$ milhão	mai/11 R\$ milhão	Participação %	jan-mai/2011 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	311	1.088	218	6	1.077	-1
Energia Elétrica e Gás Natural	862	4.060	893	23	3.625	-11
Saneamento	422	1.014	152	4	677	-33
Telecomunicações	125	412	167	4	306	-26
Transporte	2.882	11.434	2.427	63	11.596	1
<i>Aéreo</i>	74	198	55	-	234	18
<i>Aquaviário</i>	241	388	68	-	524	35
<i>Terrestre</i>	2.568	10.847	2.304	-	10.838	0
Total Infraestrutura	4.602	18.009	3.857	100	17.282	-4

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2011 foi de, aproximadamente, R\$ 1,99 trilhão. Deste valor, aproximadamente R\$ 65 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 3% do orçamento total de 2011 ou 1,8% do PIB de 2010, que totalizou R\$ 3,675 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,1 bilhões, ou 26% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2011, foram empenhados, até o dia 29 de agosto, R\$ 20,5 bilhões (31% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 5,8 bilhões (9% do autorizado). O pagamento realizado foi no valor de R\$ 5,5 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 23,6 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,1 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2011, R\$ 8,4 bilhões foram empenhados (48% do orçamento), R\$ 2,1 bilhões foram liquidados e R\$ 2 bilhões foram pagos até o dia 29 de agosto. Os restos a pagar pagos somam R\$ 5,6 bilhões, o que resulta em um pagamento total de aproximadamente R\$ 7,6 bilhões.

Cerca de 77% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,1 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,6 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 471 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2011, cerca de R\$ 1,1 bilhão em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 8,6 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 9,5 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 48,3 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2011.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 56% foram pagos até 29 de agosto (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 34% do total de restos a pagar inscritos.

9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2011, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 40,3 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 43% no Ministério das Cidades (R\$ 17,1 bilhões) e 38% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,4 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 33% do orçamento autorizado e liquidou 8%, até 29 de agosto. O pagamento realizado foi de R\$ 3 bilhões e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 13,3 bilhões, totalizando R\$ 16,3 bilhões pagos. Restam R\$ 19,4 bilhões em restos a pagar a pagar nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 29/08/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.111	203	18	13	1	13	1	385	399	685
MAPA	1.212	68	6	37	3	17	1	442	459	868
MCT	1.187	378	32	201	17	148	12	364	512	588
MDIC	0	0	-	4	-	2	-	12	14	68
MME	182	14	8	5	3	4	2	27	31	11
M. Transportes	17.130	8.153	48	2.144	13	2.035	12	5.595	7.630	4.423
M. Comunicações	123	11	9	1	1	1	1	15	16	35
MMA	176	20	11	7	4	6	4	24	31	13
MDA	1.048	50	5	13	1	13	1	310	322	492
M. Defesa	6.899	3.478	50	1.172	17	1.132	16	2.272	3.404	1.446
M. Int. Nacional	4.912	1.005	20	450	9	443	9	1.153	1.595	4.690
M. das Cidades	7.622	1.547	20	241	3	230	3	1.701	1.931	8.152
Outros**	23.394	5.538	24	1.508	6	1.427	6	5.785	7.212	13.694
Total	64.996	20.465	31	5.796	9	5.471	8	18.084	23.555	35.164

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2011 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período – atualizados até 29/08/2011*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferrovário	2.591	1.715	66	396	15	393	15	517	910	733
Hidroviário	471	26	6	4	1	4	1	106	110	243
Portuário	14	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Rodoviário	13.120	6.308	48	1.730	13	1.626	12	4.898	6.524	3.185
Outros	935	104	11	14	1	13	1	73	86	259
Total	17.130	8.153	48	2.144	13	2.035	12	5.595	7.630	4.423

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2011

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período – atualizados até 29/08/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	1.136	(1)	1.092	43
União	8.639	(510)	3.482	4.647

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período – atualizados até 29/08/2011* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	9.463	(580)	4.502	4.380
União	48.300	(3.181)	14.603	30.516

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2011 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período – atualizados até 29/08/2011*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	987	230	23	56	6	56	6	323	379	453
M. Planejamento	2	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
MCT	0	0	-	0	-	0	-	16	16	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	200	200	550
MEC	1.371	1.168	85	154	11	117	9	26	143	23
MME	350	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	354	111	31	42	12	41	12	106	147	104
M. Saúde	1.665	579	35	58	3	58	3	345	403	2.538
M. Transportes	15.402	8.263	54	2.255	15	2.167	14	5.457	7.624	4.172
M. Cultura	220	1	0	0	0	0	0	0	0	0
MMA	0	0	-	0	-	0	-	12	12	6
MDA	292	0	0	0	0	0	0	1	1	2
M. Defesa	0	113	-	26	-	25	-	191	216	223
M. Integr. Nacional	2.462	613	25	263	11	255	10	866	1.121	2.316
M. Cidades	17.147	2.106	12	258	2	246	1	5.753	5.999	9.055
Total	40.331	13.184	33	3.112	8	2.965	7	13.296	16.261	19.441

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 01 de setembro de 2011.